

Documentação

Fonte: DESP

Data: 18/5/2000 Pg A 17

Class.: 84

# Pressão faz Câmara rever Código Florestal

**Lideranças anulam decisão que reduzia área de proteção ambiental na Amazônia**

SANDRA SATO

**B**RASÍLIA – A pressão da sociedade fez com que o colégio de líderes de todos os partidos na Câmara decidisse ontem anular a decisão que reduziu a área ambiental protegida na Amazônia. Uma nova comissão vai ser formada para re-discutir as mudanças no Código Florestal num prazo de 30 a 60 dias. O governo manterá os 80% da propriedade como exigência para constituição da área de reserva legal na Amazônia, reeditando a medida provisória sobre o assunto.

Para evitar que a nova comissão seja constituída basicamente por ruralistas, as lideranças partidárias querem

a nomeação de 14 deputados e 14 senadores, o dobro de integrantes da anterior. Os líderes não acertaram se haveria troca do relator do projeto, o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), bem como do atual presidente da comissão mista, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Essas decisões dependem dos partidos que têm maioria no Congresso.

Antes da reunião das lideranças, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), chegou a comentar que seria muito perigoso votar o projeto de Micheletto. Temer, agora, encaminhará ao

presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pedido para a criação de uma nova comissão.

Por sugestão do líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), será formulada ainda a proposta de instituir uma agência de desenvolvimento da Amazônia,



Michel Temer considerava perigoso votar proposta de Micheletto

nia, que ficaria subordinada ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

**Reações** – Otimista, o líder do PT na Câmara, Aloízio Mercadante (SP) avaliou que, com a decisão, a proposta de Micheletto está arquivada. “Fica afastada toda a ameaça de se comprometer a Amazônia”, festejou o petista. O líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, mais cauteloso, evi-

tou qualquer prognóstico.

As lideranças defendem que o novo relatório parta da proposta apresentada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que mantinha os 80% para a Amazônia e os 50% no cerrado. O texto foi preparado após discussões com vários setores da sociedade. Do projeto de conversão de Micheletto, o único item que de imediato contou com o apoio dos líderes foi o

de realização do zoneamento ecológico em cada Estado, para verificar a vocação das terras. A proposta também consta do projeto do Conama. Esse estudo deveria ficar pronto em três anos e, para Micheletto, poderia ampliar o tamanho da reserva legal para até 80% ou reduzi-lo a 20%, em qualquer parte do Brasil.

Mesmo antes da reunião das lideranças, Micheletto já abria mão dos percentuais que aumentavam o desmatamento na Amazônia e no cerrado. Em debate com a senadora Marina Silva (PT-AC), gravado pela TV Senado, o relator aceitava os índices do Conama e dizia que só fazia questão do zoneamento ecológico.

**Insistência** – Mas os ruralistas ainda querem a aprovação do texto original do relator. Um dos integrantes da bancada, o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), lembra que na década de 70 o governo vendeu terras na Amazônia e condicionou a entrega do registro definitivo de propriedade à derrubada de 50% da floresta. “Esse pessoal que

agiu dentro da lei não pode ser aliado e arcar agora com as consequências”, reclama Lupion, garantindo que a proposta de Micheletto é muito boa e o índice da área protegida é o que menos importa, porque cria o zoneamento econômico e ecológico.

Mesmo não sendo líderes de partidos, Lupion e outros ruralistas compareceram à reunião na presidência da Câmara. Ficaram mudos ao lado de Micheletto, que se mostrou bastante consciente da falta de condições de o seu projeto ir a plenário.

A proposta não tinha apoio da oposição e nem do governo que, sensível à reação externa e da opinião pública, já anunciava o veto do presidente Fernando Henrique no caso de uma eventual aprovação.

O líder do PV, Fernando Gabeira (RJ), observou que os ruralistas, seduzidos pela maioria aritmética na comissão mista, aprovaram um projeto que colocou o País contra eles. Mas que estava na hora de os “produtores de comida” avançarem num acordo com os ambientalistas.